



TODOS PELA ENERGIA

PRIVATIZAÇÃO NÃO É A SOLUÇÃO



No lançamento da Região Sul do movimento Todos pela Energia, foi lembrado que a energia elétrica é fundamental na vida de todo o cidadão, utilizada para iluminar, fazer funcionar a geladeira a televisão e o computador, indispensável no cotidiano familiar e principalmente na grande indústria. A ilha catarinense sabe muito bem o que é a falta de energia, quando do apagão no final de outubro de 2003, a capital simplesmente parou. Por ser uma energia essencial para a sociedade ela deve ser tratada como um bem público, principalmente pelo fato da fonte geradora ser de 80% hidrelétrica, a força das águas dos rios patrimônio do povo brasileiro. O preço da energia impacta diretamente no preço dos produtos e na qualidade de vida dos cidadãos. Portanto, o preço ser regulado e fiscalizado pelo governo é essencial para coibir o alto custo da tarifa. O envolvimento da sociedade, dos trabalhadores da cidade e do campo, neste tema também é fundamental para acompanhar e participar das políticas energéticas do país. Neste sentido, a importância do movimento Todos pela Energia unindo a sociedade em torno das empresas públicas do setor elétrico

Privatização Neoliberal

A privatização dos setores estratégicos como a energia elétrica na América Latina iniciou no Chile com a ditadura de Pinochet e no Brasil, com Fernando Collor, que devido irregularidades sofreu impeachment em 1992. Seu sucessor, FHC, foi quem implantou esta política neoliberal, a serviço do capital financeiro internacional e da burguesia industrial, com o intuito de se apropriar do patrimônio destas empresas e dos lucros, que podiam ser maiores com o aumento das tarifas. Foi o que aconteceu. Mudaram as leis para favorecer a classe dominante e manter a hegemonia do capital financeiro com a compra (através de dinheiro público emprestado pelo BNDES) das empresas públicas. Num recente livro "A privatária tucana" do jornalista, Amaury Ribeiro Júnior, conta parte das falcatruas ocorridas com o processo de privatização e já está fazendo história.

As consequências da privatização para a sociedade estão sendo caóticas: o aumento das tarifas de energia elétrica e do lucro dos acionistas, aumento no número de instituições (ANEEL) e cargos nas empresas do setor (provocando maior gasto e burocracia), excesso de cobrança de produção dos trabalhadores, redução de salário, demissão e diminuição do número de trabalhadores, falta de formação profissional - para lidar com as novas tecnologias e o cumprimento da legislação, desmantelamento das escolas técnicas profissionais mantido pelas empresas estatais, precarização das condições de trabalho - principalmente com

a terceirização - aumento vertiginoso de acidentes do trabalho e com a população (pela falta de manutenção no sistema elétrico de potência), além da diminuição na qualidade da prestação de serviço de transmissão e distribuição de energia.

Todos estes fatores ocorreram devido à mudança na metodologia do valor da tarifa, que anteriormente era realizada pelo custo de produção e com a política neoliberal, mudou pelo valor de mercado (que não se regulou, mas levou o preço para os céus). Outro fator foi o aumento da burocracia ou de cargo como diretores das empresas, assessores, de instituições já existentes, aumentando os custos administrativos. O mais gritante é o aumento vertiginoso nestes anos dos lucros ganhos por capitalistas que nada acrescentam nas empresas a não ser planejar formas de obter cada vez mais lucros. Dessa forma, são diminuídos custos com materiais elétricos, salários, benefícios, corte de cursos e outras políticas que precarizam as condições de trabalho e pioram a qualidade na prestação dos serviços. Na Celesc temos denunciado o sucateamento da empresa desde os tempos do Governo de Luiz Henrique, iniciado em 2003, quando governou o estado junto com o PSDB e DEM, defensores das políticas neoliberais. Hoje a terceirização, que nada mais é do que a privatização dos serviços, é o maior problema que enfrentamos, devido ao desvio de recursos para empresas privadas e precarização das condições de trabalho.



Plataforma Operaria e Camponesa para Energia

No segundo semestre de 2009, durante as discussões das questões energéticas no curso “Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo”, realizado em um convênio entre o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, nasceu a proposta da construção de um documento sobre energia. Fruto de debates entre organizações do campo e cidade envolvidas com a questão energética, busca impulsionar uma reflexão na sociedade e no governo. Chamado de “PLATAFORMA OPERARIA E CAM-PONESA PARA ENERGIA” esse documento traz um conjunto de propostas para que a energia esteja de fato a serviço do povo brasileiro.

Composto inicialmente por oito entidades representando os diversos setores da sociedade que defendem a energia como um bem público e estratégico à soberania nacional, elaboraram e assinaram Sinergia/Fpolis, Sindieletrô/MG, MAB, MST, MPA, Via Campesina, FUP e FNU. Com o documento pronto distribuímos em todo o Brasil para diversos candidatos a cargos eletivos a nível federal nas eleições de 2010. Em junho de 2011 fomos chamados a debater e encaminhar com o governo federal os doze pontos elencados na Plataforma Operaria e Camponesa para Energia. Na primeira reunião com o Ministro Gilberto Carvalho, no dia 03 de junho, o assunto tratado foi à renovação das concessões do setor elétrico. Vendo a necessidade de se contrapor aos empresários que estão em campanha pela privatização da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a Plataforma Operaria e Camponesa para Energia lançou no dia 08 de dezembro, em Florianópolis, a campanha nacional “Todos pela Energia” Privatização não é a Solução. Um sindicato tem que ir além do corporativismo, e é assim que os sindicatos que compõem a Intercel e a Intersul pautam suas estratégias, numa aliança com movimentos populares como MAB e MST que tem em suas lutas mudanças no setor energético brasileiro, reivindicando que tarifas de água, energia, gás e transporte continuem públicas, com qualidade e com acesso aos trabalhadores.



Energia a preço justo sim, mas nas mãos do povo brasileiro

Há cerca de três meses a FIESP vem divulgando a campanha “energia e preço justo” que, aparentemente, pede a redução do preço da energia elétrica. Por trás desse argumento encontra-se a verdadeira proposta: a venda do que restam das empresas estatais de energia.

O discurso utilizado na campanha é o mesmo apresentado pelo governo há 15 anos, quando se entregaram as empresas públicas à iniciativa privada por preços escandalosamente baixos. A fala é sempre a mesma, “é preciso privatizar para baratear os preços para o consumidor através da maior eficiência e da competição de mercado”.

Hoje, usa-se o exemplo da telefonia mais acessível como forma de propagandar a privatização, e a do alto custo da eletricidade para justificar a privatização. Não fique assustado, mas o governo e as empresas privadas enganaram a sociedade. A começar pelas empresas de telefonia, na qual o Estado investiu dois bilhões antes da venda. Além disso, para evitar protestos da população, o governo iniciou o aumento das tarifas antes da venda, para assim garantir imensos lucros no futuro aos “compradores”. Os reajustes chegaram a 500% a partir de novembro de 1995. Tudo isso aconteceu como preparativo para as privatizações. Assim fica fácil ampliar o setor e garantir o acesso ao telefone quando o governo já deixa todo o terreno preparado.

O resultado das privatizações está nas ruas. Basta tentar fazer uma ligação em um “orelhão”. Nove em cada dez telefones públicos não funcionam. O aparelho celular, mais “acessível” continua com o preço da ligação em alta, sem falar de possíveis cobranças abusivas.

A mídia também não se comporta diferente do que fazia. Passados mais de 15 anos os verdadeiros oligopólios continuam com uma verdadeira “lavagem cerebral” na população. Desde a época de FHC até agora, há uma intensa campanha contra as estatais nos meios de comunicação para facilitar a privatização. Entre os principais argumentos aparecem sempre a promessa de preços mais baixos para o consumidor. Ainda neste mês de dezembro a Globo News apresentou um programa sobre a campanha, o qual denominou de “debate”, mas nele só estiveram presentes representantes favoráveis à venda das empresas públicas. Em outras épocas um debate era considerado a exposição de prós e contras sobre um determinado assunto. E a população, mais uma vez, caiu de elogios com o “bom trabalho” informativo da mídia.

A briga através dos meios de comunicação não é justa e democrática com os movimentos sociais. Privilegia empresas privadas – suas grandes patrocinadoras – e raramente inclui as minorias na discussão. Um



bom exemplo aconteceu dia 8, em Florianópolis, quando vários jornais e jornalistas foram convidados para cobrir o ato nacional a favor da renovação das concessões no setor elétrico. Ninguém apareceu. As entrevistas coletivas tiveram de ser feitas pelos próprios sindicalistas e mídia alternativa como TV Floripa, Pobres & Nogentas e Brasil de Fato.

Ao contrário do que afirmava o governo e os meios de comunicação ainda em 1995, a privatização das empresas de energia não reduziu o peso no bolso do consumidor, pelo contrário. Apesar dos mega-aumentos ocorridos, essas empresas continuaram auferindo altos lucros graças aos contratos estabelecidos com o governo. Na compra das estatais do setor elétrico o contrato assinado previu e autorizou a piora dos serviços, permitindo um número maior de “apagões” e também interrupções mais prolongadas no fornecimento de energia.

A privatização também concedeu uma multa “simpática” no caso de descumprimento de obrigações contratuais. Em uma empresa com faturamento de 1,2 bilhão de reais, o não investimento de 100, 200 ou 400 milhões de reais para atender moradores a multa é 1,2 milhão de reais. Um prêmio.

Como pôde-se perceber, a privatização é fiel companheira e amiga íntima do lucro dos empresários e da precarização dos serviços.

“A não renovação das concessões traria o caos”, diz Diretor de Transmissão da CEEE



“As empresas terão que se engajar nesse movimento em conjunto com os movimentos sociais

Gilberto Silva da Silveira, diretor de Transmissão da CEEE

Resultados da Privatização

-54%

na receita

-88%

do passivo

O Sinergia entrevistou o diretor de transmissão da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Gilberto Silva da Silveira, que compareceu ao ato “Todos pela Energia”, no dia oito de dezembro, em Florianópolis. Confira abaixo:

Sinergia: Hoje está acontecendo a campanha “Todos pela Energia”, que defende a renovação das concessões para o setor elétrico. Pode-se dizer que essa é uma frente popular e que precisa do apoio popular. Explicando para essas pessoas, quais seriam os aspectos políticos envolvidos na questão?

Gilberto Silveira: Penso que precisamos recuperar alguns aspectos políticos que foram deixados de lado. Para nós [CEEE], a energia elétrica deve ser considerada um bem público, de uso coletivo, e que merece ser discutido no processo de mobilização. Essa é a ideia que temos de resgatar.

Retirar os aspectos mercantilistas que vigoram no setor e renovar as concessões é o primeiro passo para dar acesso à energia às pessoas que mais precisam dela.

S.: No evento de hoje alguns diretores de empresas estatais de energia estiveram presentes e defenderam a renovação das concessões que vencem em 2015. Para a CEEE, quais seriam os principais desafios nesta luta?

G.S.: Em primeiro lugar, as empresas terão de se engajar nesse movimento em conjunto com os movimentos sociais. Nós acreditamos que o pedido de renovação não será atendido de forma “automática”, já que nossa visão é de que estamos diante de um jogo de forças.

A CEEE tem uma posição clara sobre a renovação das concessões e, apesar de esta ser nossa primeira participação pública, a tendência é de que estejamos participando cada vez mais. Portanto, o grande desafio é defender a bandeira do serviço público.

S: Quais seriam as consequências da não re-

novação das concessões, ou seja, se de fato acontecesse o leilão das empresas públicas?

G.S.: Seria o caos. Quanto empresa, a CEEE estaria liquidada. A Companhia sofreu uma série de privatizações em que perdeu 54% da receita e 88% do passivo em 1997. Devido a isso, até hoje não conseguiu se reequilibrar economicamente. Analisando a área dos trabalhadores, essa medida causaria demissões em massa e, aos empregados que restassem, a precarização do trabalho, já que a nova empresa não teria “o mesmo nível” de qualidade. Hoje, apesar de ainda existirem problemas, há uma relação de diálogo entre trabalhadores e estatais, o que é mais difícil em empresas privadas.

A população também perderá com a medida. Se a tarifa já é alta, a tendência é de que os preços cresçam ainda mais, afinal, o objetivo do capital privado é acumular. Para os empresários interessados no leilão, essa seria a forma de voltar a ter o mesmo nível de lucro que se obtinha no período anterior a crise.

S.: O senhor compareceu ao evento de hoje representando também o governador do Rio Grande do Sul (RS), Tarso Genro. Qual a visão do governo gaúcho em âmbito estadual e mesmo em nível federal sobre as concessões?

G.S.: O RS tem se empenhado em alavancar as empresas estatais do sul, inclusive, esse era um dos planos iniciais do governo. Para que isso se torne realidade, o governador tem entrado em contato com o governo federal e com a presidenta Dilma buscando apoio na questão. Nossa avaliação é que o governo federal partilha dessa mesma ideia e, talvez, esse seja o próprio desejo da presidenta. Mas, como eu disse, não será o governo a decidir sozinho. O resultado dessa disputa irá depender do jogo de forças pelo qual estamos passando, por isso o movimento em busca da renovação das concessões é importante, porque tende a potencializar a decisão em favor da renovação.



TRABALHADORES UNIDOS

Envolvimento social na Renovação das Concessões

O envolvimento da sociedade no tema da renovação das concessões é fundamental. Não podemos nos deixar enganar pelas mentiras da classe dominante, as mesmas utilizadas nos anos 90, da redução das tarifas, para se apoderar, com o investimento especulativo, do pouco do patrimônio público do setor elétrico. Quando este patrimônio fica com o governo ele investe seus lucros na melhoria do sistema elétrico, na construção de usinas, em educação saúde e segurança social.

Devido a importância fundamental da energia elétrica em nosso cotidiano, o movimento Todos pela Energia torna-se imprescindível para aglutinar a sociedade na participação das políticas do setor elétrico. Vamos juntos varrer o neoliberalismo nefasto do Brasil, que está se acabando em várias partes do mundo, com os recentes movimentos contra o capital financeiro especulativo. Está persistindo no Brasil devido as oligarquias políticas e a manipulação da grande imprensa pela classe dominante que se utiliza do capital financeiro para manipular e fazer valer seus interesses individuais. Temos que estar unidos com toda a sociedade – Todos pela Energia – para defender a energia elétrica como um bem público, com tarifas baixas, dignidade para os trabalhadores e uma prestação de serviço de qualidade. Somente com o sentimento de solidariedade é que faremos uma sociedade mais justa e mais humana.



RENOVAR JÁ, O BRASIL NÃO PODE PARAR!

